



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Departamento de Planejamento e Administração
Coordenação-Geral de Logística, Convênios e Contratos
Coordenação de Recursos Logísticos

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 01450.002731/2023-59

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. 1.1. Contratação de serviços de Telefonia Fixa Comutado (STFC) na modalidade longa distância nacional e internacional, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo 1						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1a 4)	26131	MINUTOS	67.384	R\$ 0,81	R\$ 54.581,04
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	47.129	R\$ 0,98	R\$ 46.186,42
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	2.034	R\$ 4,46	R\$ 9.071,64
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	1.905	R\$ 3,96	R\$ 7.543,80
VALOR TOTAL R\$ (Grupo 01)						R\$ 117.382,90

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) a partir de 01 de outubro de 2023, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o serviço é essencial para manter o serviço de comunicação do Iphan, através do Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: 26474056000171-0-000036/2023;
- II - Data de publicação no PNCP: 16/05/2023;

- III - Id do item no PCA: 9;
- IV - Classe/Grupo: 141;
- V - Identificador da Futura Contratação: 343026-104/2022.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Devem ser sempre empregados materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental;

4.1.2. Bens constituídos, no todo ou em parte, por material atóxico, reciclável, reciclado e/ou biodegradável;

4.1.3. Reduzir gastos excessivos com água e energia;

4.1.4. Destinação correta dos resíduos;

4.1.5. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.1.6. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4.1.7. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

4.1.8. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.2. A comprovação do disposto no item 4.1, no que couber, poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, por declaração da contratada de que atende aos critérios de sustentabilidade ambiental ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências deste Termo de Referência e demais anexos do edital.

4.3. Em caso de insuficiência na comprovação de atendimento dos critérios de sustentabilidade, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências deste Termo de Referência e demais anexos do instrumento convocatório.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.6. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.9. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas.

4.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.11.1. Deverá ser agendada pelo e-mail corel@iphan.gov.br, devendo constar os documentos informados no item 4.9.

4.11.2. A realização da vistoria é facultativa, ficando a critério do licitante, não sendo um requisito obrigatório para habilitação, porém todo e qualquer prejuízo resultante do incorreto dimensionamento e elaboração da proposta ficará sob sua responsabilidade.

4.11.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue documento digital ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.12. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: A prestação de Serviços Telefônicos Fixo Comutado, a ser contratada, deverá ocorrer a partir do dia 01 de outubro de 2023, para a execução de toda a atividade necessária a completar operacionalização dos serviços de telefonia. A contratante se responsabiliza pela infraestrutura necessária nos prédios, conforme padrão de atendimento previsto pela ANATEL.

5.1.2. Será adotado o regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, não obrigando a contratante a utilizar o total contratado, tendo em vista que a execução do contrato se dará por demanda.

5.1.3. Os serviços de Telefonia Fixa Comutado (STFC) na modalidade longa distância nacional e internacional enquadram-se na atividade de custeio, para fins do disposto no art 3º do Decreto nº 10.193, de 2019, aquelas diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgão e entidade que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais.

5.1.4. A CONTRATADA deverá promover as adequações e fornecer os materiais necessários para prover os serviços. A responsabilidade da CONTRATADA, neste item, está limitada ao fornecimento de acessórios ligados aos seus equipamentos utilizados para permitir a adequada conexão à central telefônica da CONTRATANTE para fins da correta prestação do serviço contratado.

5.1.5. A implantação da solução deverá considerar a adequação aos requisitos técnicos existentes em todas as unidades participantes bem como manter os números já utilizados por todos os órgãos participantes.

5.1.6. Realizar todas as configurações necessárias, tanto em sua rede quanto nas redes das Operadoras de Telefonia Pública, incluindo a publicação da faixa de numeração e o serviço de interceptação de chamadas;

5.1.6.1. Entregar os serviços de telefonia em pleno funcionamento;

5.1.6.2. Garantir todos os serviços contratados;

5.1.6.3. Garantir suporte presencial;

5.1.6.4. Prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas;

5.1.6.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Unidade Gestora Gerenciadora por cada contrato em até 24 (vinte e quatro) horas corridas, por intermédio do consultor designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação;

5.1.6.6. Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências do funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço citados na tabela a seguir:

IPHAN SEDE Endereço: SEPS 702/902 Asa Sul, Bloco C, Torre A 2º Andar, Brasília/DF - CEP: 70390-025
IPHAN ACRE Endereço: Rua Rio Grande do Sul 182, Dom Giocondo, Rio Branco – Acre

IPHAN ALAGOAS Endereço: Rua Sá e Albuquerque, nº 157 - Jaraguá CEP: 57022-180 - Maceió/AL
IPHAN AMAPÁ Endereço: Avenida Henrique Galúcio nº 1242-A, Bairro Central, Macapá/AP, 68.900-115 2º andar
IPHAN AMAZONAS Endereço: Av. Joaquim Nabuco nº 1193, Centro Manaus/AM, CEP 69.020.030
IPHAN BAHIA Endereço: Rua Visconde de Itaparica nº 08 - Centro - Barroquinha - Salvador/BA Cep: 40.024-080.
IPHAN CEARÁ Endereço: Rua Liberato Barroso 525, Praça José de Alencar, Centro Fortaleza/CE - CEP 60 030-160
IPHAN ESPÍRITO SANTO Endereço: Rua José Marcelino nº 203 - Cidade Alta - Centro - Vitória/ES - CEP. 29.015-120.
IPHAN MARANHÃO Endereço: Rua do Giz, número 235, Centro de São Luís - Maranhão
IPHAN MATO GROSSO Endereço: Rua Comandante Costa, nº 1554, Centro Sul - Cuiabá/MT
IPHAN MATO GROSSO DO SUL Endereço: Rua General Melo, 023, Centro, Campo Grande/MS, 79002-241
IPHAN MINAG GERAIS Endereço: Rua Januária, 130 - Centro - BH/MG - CEP 30.110-055
IPHAN PARAÍBA Endereço: Praça Antenor Navarro, 23 - Varadouro, João Pessoa - PB, 58010-480
IPHAN PARANÁ Endereço: Rua José de Alencar, nº 1808, Juveve, Curitiba/PR, CEP: 80.040-070
IPHAN PERNAMBUCO Endereço: Rua Floriano Peixoto, s/n, bairro São José, Recife/PE Prédio Rosa III, Anexo ao Museu do Trem CEP: 50020-060
IPHAN PIAUÍ Endereço: RUA MAGALHAES FILHO ZONA NORTE, 779 CENTRO 64000-128 - TERESINA - PI
IPHAN RIO DE JANEIRO Endereço: Praça Quinze de Novembro, No. 48, Bairro Centro, Rio de Janeiro. CEP 20010-010
IPHAN RIO GRANDE DO NORTE Endereço: Avenida Duque de Caxias, 158, Ribeira, Natal/RN - CEP 59012-200.
IPHAN RIO GRANDE DO SUL Endereço: Av. Independência, 867 - Porto Alegre / RS
IPHAN RONDÔNIA Endereço: Av. Rafael Vaz e Silva, nº 3150, Liberdade, CEP 76.803-870 - Porto Velho/RO .
IPHAN RORAIMA Endereço: Rua Coronel Pinto, nº 465, Centro, Boa Vista-RR. CEP 69301-150
IPHAN SÃO PAULO Endereço: Avenida Angélica, nº 626 - Santa Cecília - CEP 01228-000 - São Paulo/SP
IPHAN SERGIPE Endereço: Praça Camerino, nº 225 - São José, Aracaju/SE - CEP 49015-060
IPHAN TOCANTINS Endereço: ACNE 1, CONJ. 01, Avenida Juscelino Kubitschek - JK, RUA NE 01, LOTE 41 A - 5º Andar - Edifício Encanel, PALMAS-TO.
IPHAN CENTRO LUICO COSTA Endereço: Av. Presidente Vargas, 3131/sala 1401- Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ
IPHAN CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR Endereço: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular Rua do Catete, 179 - Catete, Rio de Janeiro - RJ / CEP: 22220-000
IPHAN CONDOMÍNIO DO PALÁCIO GUSTAVO CAPANEMA Endereço: Rua da Imprensa, nº 16 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.3. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.3.1. Serviço de telefonia fixo comutado (STFC), na modalidade longa distância nacional e internacional, aplicado os serviços em equipamentos já existentes nas unidades do Iphan.

5.3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto detalhada ofertado para cada grupo, constando o preço, data e dados da empresa;

5.3.3. As quantidades dos serviços para cada estado conforme a tabela a seguir:

GRUPO 1						
IPHAN/ACRE						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	1200	R\$ 0,81	R\$ 972,00
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	240	R\$ 0,98	R\$ 235,20
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,46	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,96	R\$ -
VALOR TOTAL DO GRUPO R\$						R\$ 1.207,20
IPHAN/AMAPÁ						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	1200	R\$ 0,81	R\$ 972,00
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	240	R\$ 0,98	R\$ 235,20
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,46	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,96	R\$ -
VALOR TOTAL DO GRUPO R\$						R\$ 1.207,20
IPHAN/RONDÔNIA						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	500	R\$ 0,81	R\$ 405,00
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	150	R\$ 0,98	R\$ 147,00
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,46	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,96	R\$ -
VALOR TOTAL DO GRUPO R\$						R\$ 552,00
IPHAN/RORAIMA						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	500	R\$ 0,81	R\$ 405,00
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	150	R\$ 0,98	R\$ 147,00
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,46	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,96	R\$ -
VALOR TOTAL DO GRUPO R\$						R\$ 552,00
IPHAN/SEDE						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	9417	R\$ 0,81	R\$ 7.627,77

2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	8965	R\$ 0,98	R\$ 8.785,70
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	500	R\$ 4,46	R\$ 2.230,00
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	500	R\$ 3,96	R\$ 1.980,00
VALOR TOTAL R\$						R\$ 20.623,47

IPHAN/ALAGOAS

Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	72,26	R\$ 0,81	R\$ 58,53
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	33,92	R\$ 0,98	R\$ 33,24
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,46	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,96	R\$ -
VALOR TOTAL R\$						R\$ 91,77

IPHAN/BAHIA

Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	9417	R\$ 0,81	R\$ 7.627,77
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	8965	R\$ 0,98	R\$ 8.785,70
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	500	R\$ 4,46	R\$ 2.230,00
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	500	R\$ 3,96	R\$ 1.980,00
VALOR TOTAL R\$						R\$ 20.623,47

IPHAN/CEARÁ

Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	500	R\$ 0,81	R\$ 405,00
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	150	R\$ 0,98	R\$ 147,00
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,46	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,96	R\$ -
VALOR TOTAL R\$						R\$ 552,00

IPHAN/ESPÍRITO SANTO

Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	2000	R\$ 0,81	R\$ 1.620,00
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	1500	R\$ 0,98	R\$ 1.470,00
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	70	R\$ 4,46	R\$ 312,20
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	30	R\$ 3,96	R\$ 118,80
VALOR TOTAL R\$						R\$ 3.521,00

IPHAN/MARANHÃO

Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	--------	-------------------	-----------	----------------	-------------

1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	700	R\$ 0,81	R\$ 567,00
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	1000	R\$ 0,98	R\$ 980,00
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,46	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,96	R\$ -
VALOR TOTAL R\$						R\$ 1.547,00
IPHAN/MATO GROSSO						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	200	R\$ 0,81	R\$ 162,00
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	150	R\$ 0,98	R\$ 147,00
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,46	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,96	R\$ -
VALOR TOTAL R\$						R\$ 309,00
IPHAN/MATO GROSSO DO SUL						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	500	R\$ 0,81	R\$ 405,00
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	150	R\$ 0,98	R\$ 147,00
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,46	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,96	R\$ -
VALOR TOTAL R\$						R\$ 552,00
IPHAN/MINAS GERAIS						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	8000	R\$ 0,81	R\$ 6.480,00
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	1200	R\$ 0,98	R\$ 1.176,00
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,46	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,96	R\$ -
VALOR TOTAL R\$						R\$ 7.656,00
IPHAN/PARAÍBA						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	620	R\$ 0,81	R\$ 502,20
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	0	R\$ 0,98	R\$ -
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,46	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,96	R\$ -
VALOR TOTAL R\$						R\$ 502,20
IPHAN/PARANÁ						

Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	5794	R\$ 0,81	R\$ 4.693,14
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	2133	R\$ 0,98	R\$ 2.090,34
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	102	R\$ 4,46	R\$ 454,92
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	102	R\$ 3,96	R\$ 403,92
VALOR TOTAL R\$						R\$ 7.642,32
IPHAN/PERNAMBUCO						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	9417	R\$ 0,81	R\$ 7.627,77
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	8965	R\$ 0,98	R\$ 8.785,70
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	500	R\$ 4,46	R\$ 2.230,00
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	500	R\$ 3,96	R\$ 1.980,00
VALOR TOTAL R\$						R\$ 20.623,47
IPHAN/PIAUÍ						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	1080	R\$ 0,81	R\$ 874,80
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	1488	R\$ 0,98	R\$ 1.458,24
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,46	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,96	R\$ -
VALOR TOTAL R\$						R\$ 2.333,04
IPHAN/RIO GRANDE DO NORTE						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	150	R\$ 0,81	R\$ 121,50
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	300	R\$ 0,98	R\$ 294,00
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	30	R\$ 4,46	R\$ 133,80
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	30	R\$ 3,96	R\$ 118,80
VALOR TOTAL R\$						R\$ 668,10
IPHAN/RIO GRANDE DO SUL						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	500	R\$ 0,81	R\$ 405,00
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	150	R\$ 0,98	R\$ 147,00
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,46	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,96	R\$ -
VALOR TOTAL R\$						R\$ 552,00

IPHAN/SÃO PAULO						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	2200	R\$ 0,81	R\$ 1.782,00
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	3400	R\$ 0,98	R\$ 3.332,00
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	150	R\$ 4,46	R\$ 669,00
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	150	R\$ 3,96	R\$ 594,00
VALOR TOTAL R\$						R\$ 6.377,00
IPHAN/TOCANTINS						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	2520	R\$ 0,81	R\$ 2.041,20
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	1440	R\$ 0,98	R\$ 1.411,20
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,46	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,96	R\$ -
VALOR TOTAL R\$						R\$ 3.452,40
IPHAN/CENTRO LÚCIO COSTA						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	2015	R\$ 0,81	R\$ 1.632,15
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	417	R\$ 0,98	R\$ 408,66
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	182	R\$ 4,46	R\$ 811,72
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	93	R\$ 3,96	R\$ 368,28
VALOR TOTAL R\$						R\$ 3.220,81
IPHAN/CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	4709	R\$ 0,81	R\$ 3.814,29
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	4483	R\$ 0,98	R\$ 4.393,34
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,46	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,96	R\$ -
VALOR TOTAL R\$						R\$ 8.207,63
IPHAN/CONDOMÍNIO PALÁCIO GUSTAVO CAPANEMA						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	3000	R\$ 0,81	R\$ 2.430,00
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	1000	R\$ 0,98	R\$ 980,00
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,46	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,96	R\$ -

VALOR TOTAL R\$						R\$ 3.410,00
IPHAN/SERGIPE						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	672	R\$ 0,81	R\$ 544,32
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	308,9	R\$ 0,98	R\$ 302,72
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,46	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,96	R\$ -
VALOR TOTAL DO GRUPO R\$						R\$ 847,04
IPHAN/AMAZONAS						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	500	R\$ 0,81	R\$ 405,00
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	150	R\$ 0,98	R\$ 147,00
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	0	R\$ 4,13	R\$ -
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	0	R\$ 3,82	R\$ -
VALOR TOTAL DO GRUPO R\$						R\$ 552,00
GRUPO 1						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chamadas Nacionais Fixo-Fixo STFC-LDN-FF (Degraus 1 a 4)	26131	MINUTOS	67384	R\$ 0,81	R\$ 54.581,04
2	Chamadas Nacionais Fixo-Móvel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	MINUTOS	47129	R\$ 0,98	R\$ 46.186,42
3	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FF - ORIGEM FIXO	26158	MINUTOS	2034	R\$ 4,46	R\$ 9.071,64
4	Chamadas Internacionais LDI-STFC-FM - ORIGEM FIXO	27634	MINUTOS	1905	R\$ 3,96	R\$ 7.543,80
VALOR TOTAL R\$						R\$ 117.382,90

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor) e conforme determina a ANATEL.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput)

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do

pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto neste item.

Indicador	
01 - Disponibilidade	
Item	Descrição
Finalidade	Medir a disponibilidade de serviço de telefonia fixa
Meta a cumprir	98% de disponibilidade
Instrumento de medição	Período que o serviço fica operacional no mês (Baseado nos chamados abertos por indisponibilidade de ligações).
Forma de acompanhamento	Relatórios gerenciais
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Horas disponíveis por mês/720 = X
Início de vigência	Após a instalação do serviço
Faixas de ajustes no pagamento	Para valores do indicador X: De 0 a 0,10 – Pagamento integral do valor mensal do contrato; De 0,11 a 0,20 – Glosa de 1% sobre o valor mensal do contrato; De 0,21 a 0,30 – Glosa de 3% sobre o valor mensal do contrato; De 0,31 a 0,50 – Glosa de 5% sobre o valor mensal do contrato; De 0,51 a 1,00 – Glosa de 7% sobre o valor mensal do contrato; Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 10% sobre o valor mensal do contrato;
Sanções	Com X acima de 1 e multa de 5% sobre o valor anual adjudicado do contrato
Observações	-----
Indicador	
02 - Prazo de Recuperação de telefonia fixa	
Item	Descrição
Finalidade	Medir o tempo decorrido entre a abertura do chamados e a recuperação do serviço
Meta a cumprir	12 horas corridas
Instrumento de medição	Tempo gasto para recuperar o link de uma falha ao seu estado normal.
Forma de acompanhamento	Relatórios de chamados
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Data de restabelecimento (dia, mês, ano, hora e minutos) – Data da abertura do chamado (dia, mês, ano, hora e minutos) =Y
Início de vigência	Após a instalação do serviço
Faixas de ajustes no pagamento	Para valores do indicador Y: De 0h a 12 horas – Pagamento integral valor mensal do contrato; De 13h a 18h – Glosa de 1% sobre o valor mensal do contrato; De 23h a 28h – Glosa de 3% sobre o valor mensal do contrato;

	De 33h a 38h – Glosa de 5% sobre o valor mensal do contrato; De 43 h a 48h – Glosa de 7% sobre o valor mensal do contrato; Acima de 48h – Será aplicada Glosa de 10% sobre o valor mensal do contrato;
Sanções	Com Y acima de 48h e multa de 5% sobre o valor anual adjudicado do contrato
Observações	-----
Indicador	
03 - Tempo gasto entre a captura e o início das atividades de reparo	
Item	Descrição
Finalidade	Medir o tempo decorrido entre a abertura do chamados e a recuperação do serviço
Meta a cumprir	2 horas corridas
Instrumento de medição	Tempo gasto para recuperar o link de uma falha ao seu estado normal.
Forma de acompanhamento	Relatórios de chamados
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Data de restabelecimento (dia, mês, ano, hora e minutos) – Data da abertura do chamado (dia, mês, ano, hora e minutos) =Z
Início de vigência	Após a instalação do serviço
Faixas de ajustes no pagamento	Para valores do indicador Z: De 0h a 2 horas – Pagamento integral do valor mensal do contrato; De 3h a 5h – Glosa de 1% sobre o valor mensal do contrato; De 6h a 9h – Glosa de 3% sobre o valor mensal do contrato; De 10h a 12h – Glosa de 5% sobre o valor mensal do contrato; De 13h a 15h – Glosa de 7% sobre o valor mensal do contrato; Acima de 15h – Será aplicada Glosa de 10% sobre o valor mensal do contrato;
Sanções	Com Z acima de 15h e multa de 5% sobre o valor anual adjudicado do contrato
Observações	-----

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.16.1. o prazo de validade;

- 7.16.2. a data da emissão;
- 7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.16.5. o valor a pagar; e
- 7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IST de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

- 7.30. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.31. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.32. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.33. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.34. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço do grupo.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

- 8.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.17. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.18. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);
- 8.19. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.19.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.19.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.19.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.19.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.20. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.
- 8.21. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.22. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 8.24. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.25. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente ANATEL que comprove ato de concessão, permissão ou autorização para prestação dos serviços em plena validade;
- 8.25.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.26. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.26.1.1. Atestado comprovando a execução similares ao objeto de 1 (um) ano;

8.26.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.26.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 117.382,90 (cento e dezessete mil trezentos e oitenta e dois reais e noventa centavos), para o período de 1 ano, conforme custos unitários apostos na Aprovação da Pesquisa de Preço documento nº 4687775 e no item 1 deste Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Programa: 0032 - Programação de Gestão e Manutenção do Poder Executivo
- II - Ação: 2000 - Administração da Unidade
- III - PTRES: 226045
- IV - ND: 33.90.39

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

11.1. Em atendimento ao Art. 10 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, avalia-se que não há necessidade de classificar este documento nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

MÁRIO ALVES JÚNIOR
Servidor Elaborador

Fabiane Ferreira Caldeira
Coordenadora de Recursos Logísticos

Aprovo o presente Termo de Referência.

LINCON RODRIGO HENKE
Coordenador-Geral de Logística, Convênios e Contratos

Após análise dos autos, autorizo o início do procedimento.

MARIA SILVIA ROSSI
Diretora de Planejamento e Administração



Documento assinado eletronicamente por **Mario Alves Junior, Analista I**, em 05/09/2023, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Ferreira Caldeira, Coordenadora de Recursos Logísticos**, em 05/09/2023, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lincon Rodrigo Henke, Coordenador-Geral de Logística, Convênios e Contratos**, em 06/09/2023, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Silvia Rossi, Diretor do Departamento de Planejamento e Administração**, em 08/09/2023, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4689252** e o código CRC **E02EE618**.